

STJ00119069

AMÉRICO RIBEIRO MAGRO
LANDOLFO ANDRADE

MANUAL DE

DIREITO
DIGITAL

4ª edição
revista, atualizada
e ampliada

2024



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Maitê Coelho

S729m Souza, Landolfo Andrade de
Manual de Direito Digital / Landolfo Andrade de Souza e Américo Ribeiro Magro – 4.ed.,
rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

624 p.

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4738-9

1. Direito Digital. 2. Lei Geral de Proteção de Dados. 3. Novas Tecnologias. I. Souza,
Landolfo Andrade de. II. Magro, Américo Ribeiro. III. Título.

CDD 344.81095

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moís – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 INTERNET: CONCEITOS FUNDAMENTAIS	25
1.1 Primórdios do conceito de rede: técnica e literatura	25
1.1.1 O controverso Metaverso.....	31
1.2 Aspectos operacionais da internet.....	36
1.2.1 Linguagem HTML e <i>Browser</i>	36
1.2.2 Endereço IP: IPv4 x IPv6.....	38
1.2.3 <i>Cookies</i>	41
1.2.4 Site, domínio e <i>cybersequatting</i>	44
1.2.5 Internet das Coisas (<i>Internet of Things</i> – IoT).....	47
1.2.5.1 <i>Internet das Coisas e o Decreto nº 9.854/2019</i>	48
1.2.6 <i>Big Data</i>	50
1.2.7 Computação e armazenamento em nuvem (<i>cloud storage</i>).....	52
1.2.8 Serviço <i>over-the-top</i> – OTT.....	53
1.2.9 Arquitetura <i>Peer-to-peer</i> – P2P	53
2 A NATUREZA DOS SERVIÇOS DE INTERNET E SUA REGULAÇÃO	55

2.1	O problema da regulação da internet.....	56
2.1.1	Regulação e agências reguladoras.....	56
2.1.2	A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/1997).....	58
2.1.3	A questão da natureza do serviço de conexão à internet: Serviço de Valor Adicionado x Serviço de Telecomunicações (Norma 004/1995 e Lei Geral de Telecomunicações)	62
2.1.4	Vácuo regulatório e potencial incompetência regulatória da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a regulação dos serviços de internet	68
2.1.5	Obstáculos à regulação direta da internet: dissolução de fronteiras e desafios à aplicação da lei local	70
3	AGENTES DA RELAÇÃO JURÍDICA VIRTUAL.....	77
3.1	Provedores de serviços de internet: Provedores de aplicações e provedores de conexão.....	77
3.1.1	Provedores de <i>Backbone</i>	80
3.1.2	Provedor de acesso ou conexão.....	81
3.1.3	“Provedor” de informação e provedor de conteúdo	82
3.1.4	Provedor de hospedagem	84
3.1.5	Provedor de correio eletrônico	85
3.2	Das esferas de responsabilização dos provedores de serviço.....	85
4	COMUNIDADES VIRTUAIS	89
4.1	A natureza auto-organizada da internet enquanto sistema sociotecnológico.....	92
4.2	Comunidades virtuais: conformação conceitual e definições ...	97
4.3	Elementos Constitutivos das Comunidades Virtuais: Associação de Usuários e Plataforma Digital Sede	102

SUMÁRIO

4.4	Características Comuns e Critérios de Qualificação das Comunidades Virtuais	104
4.5	Tipologia das Comunidades Virtuais: Critérios de Classificação	107
4.5.1	Quanto à temporalidade das comunicações: comunidades síncronas e assíncronas	107
4.5.2	Quanto ao Interesse dos usuários participantes: comunidades de motivação social e comunidades transacionais	108
4.5.3	Quanto à relação entre os membros e a plataforma: comunidades de discussão, de conclusão de objetivos e tarefas, de ambientes virtuais e híbridas	109
4.5.4	Quanto ao patrocinador da comunidade: comunidades fundadas por membros e comunidades patrocinadas por organizações.....	112
5	DIREITOS FUNDAMENTAIS NO AMBIENTE VIRTUAL	115
5.1	A abertura do catálogo constitucional de direitos fundamentais.....	116
5.2	Direito humano fundamental de acesso universal à internet	119
5.3	Inviolabilidade das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados.....	125
5.4	Direito à privacidade e proteção dos dados pessoais: EC nº 115/2022.....	127
5.5	Liberdade de pensamento e de expressão	132
5.5.1	Liberdade de expressão e “PL” das <i>Fake News</i> (PL nº 2.630/2020).....	136

6	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD (LEI Nº 13.709/2018)	149
6.1	Afinal, o que são dados (pessoais)?	152
6.1.1	Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados.....	155
6.1.2	Metadados	157
6.1.3	Dados de saúde e Lei nº 14.289/2022: Sensibilidade qualificada	159
6.2	Vigência da LGPD: Cenários pré e pós-pandemia	161
6.3	A extraterritorialidade da LGPD: Diálogos com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB e comparativo com a <i>General Data Protection Regulation</i> – GDPR.....	164
6.4	Tratamento de dados e os princípios da finalidade, necessidade e minimização de dados	171
6.5	Consentimento do usuário e políticas de privacidade: cerne interpretativo e condicionante para tratamento de dados	174
6.6	O tratamento dos dados pessoais de crianças e adolescentes: aplicação da doutrina da proteção integral.....	186
6.7	O tratamento de dados pessoais pela Administração Pública...	191
6.7.1	Indicação de encarregado pela proteção de dados.....	195
6.7.2	Compartilhamento (condicionado) de dados pessoais na Administração e Decreto nº 10.046/2019	197
6.7.3	A proteção de dados pessoais sensíveis e a Identificação Civil Nacional – ICN (Lei nº 13.444/2017).....	204
6.7.4	O tratamento de dados pessoais pelos serviços extrajudiciais de notas e de registro: Provimentos CNJ nº 74/2018, 134/2022 e novas normas de serviço	208
6.8	As técnicas de anonimização de dados e sua (in)eficácia	218
6.9	Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade: Perspectivas administrativas e regime especial.....	224

6.10 O regime da responsabilidade Civil na atividade de tratamento: objetiva, subjetiva ou categoria especial?	232
6.11 A responsabilidade nos incidentes de vazamento de dados	247
7 MARCO CIVIL DA INTERNET: LEI Nº 12.965/2014.....	257
7.1 Técnica legislativa subjacente: Código de Princípios e Cláusulas Gerais	259
7.2 Direitos e garantias dos usuários	265
7.2.1 Inviolabilidades e sigilo.....	267
7.2.2 Continuidade dos serviços de conexão	268
7.2.3 Manutenção da qualidade contratada e proteção de dados pessoais.....	274
7.3 Redação contratual e proteção do consumidor: Termos e condições gerais de uso	274
7.4 Neutralidade de rede: disciplina nacional e comparada.....	286
7.4.1 A neutralidade de rede no Marco Civil da Internet e no Decreto nº 8.771/2016.....	291
7.4.2 A neutralidade de rede no modelo europeu: Regulamento EU 2015/2120	294
7.4.3 A neutralidade de rede no modelo norte-americano	297
7.4.3.1 A neutralidade de rede no governo Barack Obama: criação das regras de “open internet”	298
7.4.3.2 A neutralidade de rede no governo Donald Trump: o fim das regras de “open internet”	306
7.5 Responsabilidade civil dos provedores e controle de conteúdo ilícito	309
7.6 Guarda e requisição judicial de registros: requisitos e parâmetros para a prova digital	325

8	A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA ESFERA DIGITAL	345
8.1	Informatização do processo administrativo e assinatura eletrônica.....	346
8.2	Acesso à informação e transparência	352
8.3	Governo digital e serviços públicos digitais	363
8.4	Nova Lei de Licitações e Publicidade	373
8.5	Segurança da informação e defesa cibernética.....	379
8.6	Cartórios e Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – SERP	385
9	RESPONSABILIDADE CIVIL E TUTELA DO CONSUMIDOR NO AMBIENTE DIGITAL	389
9.1	Novos danos e interesses mercedores de tutela	390
9.2	Direitos da personalidade e responsabilidade civil por dano à imagem	397
9.3	A responsabilidade dos provedores de sites de relacionamento por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.....	410
9.4	A responsabilidade dos editores de blogs por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros	417
9.5	A responsabilidade dos portais de notícias por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros	420
9.6	A responsabilidade dos motores de busca por associação indevida entre o argumento de pesquisa e o resultado de busca.....	421
9.7	Direito ao esquecimento e direito à desindexação: (ir)responsabilização dos provedores de aplicações.....	425
9.8	A responsabilidade dos aplicativos de transporte individual de passageiros	436
9.9	A responsabilidade dos provedores de <i>online marketplace</i> por danos causados por terceiros	459

SUMÁRIO

9.10 Serviços <i>on-line</i> de hospedagem e disposições condominiais ...	465
9.11 Direito de arrependimento (prazo de reflexão) e compras <i>on-line</i>	471
9.11.1 A suspensão parcial do direito de arrependimento: o artigo 8º da Lei 14.010/2020 (RJET)	477
9.12 Fraude bancária e responsabilidade em transações de <i>internet banking</i>	478
9.13 Responsabilidade civil por danos causados por inteligência artificial (IA)	485
10 COMÉRCIO ELETRÔNICO E NOVAS FORMAS DE PAGAMENTO	495
10.1 Contratos e contratação eletrônica	495
10.1.1 Classificação dos contratos eletrônicos: contratos inter-pessoais, interativos, intersistêmicos e inteligentes.....	499
10.1.2 Assinatura digital/eletrônica e integridade dos contratos eletrônicos	504
10.1.3 Lugar e momento da formação dos contratos eletrônicos	518
10.2 Regulamentação do <i>e-commerce</i> : Decreto nº 7.962/2013	524
10.3 Mecanismos de “Online Dispute Resolution” (ODR) e “Cyber-courts” no comércio eletrônico.....	534
10.4 Criptomoedas, <i>blockchain</i> e Lei nº 14.478/2022	547
10.5 <i>Crowdfunding</i> (financiamento coletivo)	557
10.6 <i>Startups</i> , Inova Simples e Empresa Simples de Crédito.....	564
10.7 Lei Complementar nº 182/2021: Marco legal das <i>startups</i> e do empreendedorismo inovador	567

11	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO E TECNOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO	575
11.1	4ª Revolução Industrial (Indústria 4.0).....	576
11.2	Ciência de dados e Jurimetria	579
11.3	Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Poder Judiciário	581
11.3.1	Resolução CNJ nº 332/2020: Inteligência Artificial e Direito.....	582
11.3.2	Resoluções CNJ nº 325/2020 e nº 370/2021: Estratégia Nacional do Poder Judiciário e ENTIC-JUD.....	585
11.3.3	Resolução CNJ nº 335/2020: PDPJ-Br.....	586
11.3.4	Resolução CNJ nº 337/2020: Videoconferência	588
11.3.5	Resolução CNJ nº 345/2020: Juízo 100% Digital.....	589
11.3.6	Resolução CNJ nº 354/2020: cumprimento digital de ato processual.....	591
11.3.7	Resolução CNJ nº 358/2020: ODRs e SIREC.....	592
11.3.8	Resolução CNJ nº 372/2021: Balcão Virtual.....	593
11.3.9	Resolução CNJ nº 385/2021: Núcleos de Justiça 4.0	594
11.3.10	Resolução CNJ nº 396/2021: Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética	595
	Referências bibliográficas.....	597